

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº DE 2014

Requer a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre questões referentes à regularização de condomínios no Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre questões referentes à regularização de condomínios no Distrito Federal.

Para compor a mesa dos debates, indicamos os nomes dos seguintes palestrantes:

CLAUDEMIR RIBEIRO PITA- Presidente da AMSSHSB- Associação de Moradores;

RALCILENE SANTIAGO DA FROTA- Representante do SERCOND;

VIVIANE MARTINS FIDELIS- Presidente da AJAB;

DR. IBANÊS ROCHA- Presidente da OAB/DF;

SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES- Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal- SPU/DF;

DR. MÁRIO GILBERTO- Representante do Condomínio Estância Quintas da Alvorada;

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO- Presidente da Terracap;

LIBÂNIO ALVES RODRIGUES- Diretor Geral do Ministério Público- MPDFT;

JÚNIA MARIA BITTENCOURT- Presidente da ÚNICA;

DR. WANDER AZEVEDO- Representante dos Condomínios do Setor Habitacional São Sebastião;

DR. CARLOS ALBERTO ARAÚJO- Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF;

DRA. LILIANE MARQUES THOMAZ- Representante do Condomínio Estância Quintas da Alvorada.

JUSTIFICAÇÃO

A regularização de parcelamentos de solo no Distrito Federal há bastante tempo têm levado inúmeras pessoas e diversos condomínios à busca de uma solução administrativa junto aos órgãos do GDF, quando não, pela via judicial.

Isso porque muitos condomínios são embargados logo no início de suas instalações, ou pior, no decorrer das primeiras construções, cuja resposta dada pelo governo em muitos casos é a derrubada de casas, alicerces e construções em andamento.

Em muitas situações passadas se permitiu a edificação de várias unidades condominiais, sem embargos. Porém, em tantos outros já existentes e em pleno funcionamento, se impediu novas construções.

São situações esdrúxulas, se considerarmos o impacto gerado pela proliferação de ocupações ilegais antigas e que se encontram totalmente estruturadas, incluindo-se nelas os serviços prestados pelo Governo do DF, por exemplo, instalação de água (CAESB) e energia elétrica (CEB). Destacando que muitos ganharam rapidamente iluminação pública, asfalto, calçadas e praças, todavia a infra-estrutura não foi feita com investimentos governamentais e sim, por organizações, associações de moradores que juntaram recursos e promoveram melhorias nos parcelamentos, valorizando ainda mais os terrenos que precisam ser regularizados.

Desde os idos de 1990, depois da consolidação dos condomínios, a população que reside em parcelamentos começou a cobrar das autoridades a regularização fundiária, urbanística e ambiental dessas áreas ocupadas. E por ser de seu interesse as comunidades se organizaram para pagar os estudos e levantamentos necessários à legalização dessas áreas, nem sempre bem sucedidos.

Tanto é assim, que em 2002, o GDF regularizou o condomínio Hollywood, denominado atualmente de Setor Habitacional Taquari. Além desse, os moradores de quatro condomínios do Setor Jardim Botânico — Mansões Califórnia, Estância Jardim Botânico, San Diego e Mansões do Lago Sul — também deixaram a ilegalidade e conquistaram a escritura de suas unidades condominiais.

Por outro lado, há inúmeros condomínios que se encontram em situação crítica. Referimo-nos especialmente ao problema vivido recentemente por aqueles que adquiriram lotes no Condomínio Estância Quintas da Alvorada, que está localizado do Setor Habitacional São Sebastião, criado pela Lei Distrital nº 1823, de 1998 e liberada a Licença de Instalação nº 108/2006, nos termos do Ofício nº 989/ 2006- GAB-SEMARH, de 21/09/2006.

No mencionado condomínio residem 1928 famílias que têm presenciado momentos de muita ansiedade e temor, devido às ações perpetradas por órgãos do GDF, que culminam com a remoção de edificações ou o início delas, escudados pela Recomendação nº 70/2013 exarada pelo MPDFT.

Diante do exposto, esperamos poder contar com o apoio dos Nobres Pares da Comissão para a aprovação do requerimento ora apresentado, com vistas ao amplo debate do tema nesta Casa e quiçá, se encontre uma solução definitiva para a regularização de condomínios que há bastante tempo integram a estrutura urbanística do Distrito Federal.

Sala das Sessões, de maio de 2014.

Deputado IZALCI
PSDB/DF

Deputada BRUNA FURLAN
PSDB/SP

Deputado SÍLVIO TORRES
PSDB/SP